

O Banco Mizuho do Brasil S.A. é uma subsidiária dentro do Mizuho Financial Group, um dos maiores grupos financeiros do mundo, com sede no Japão, atuação global e operação em todos os continentes. Os ativos totais do Grupo superaram os 204 trilhões de ienes no 3º (terceiro) trimestre do ano fiscal 2016. O Banco Mizuho do Brasil S.A., banco múltiplo, atua no mercado local como banco de atacado e atende empresas de várias nacionalidades e diferentes setores, oferecendo uma ampla

gama de produtos e serviços, como operações de financiamento ao comércio exterior, corporate banking, structured financing, project financing, depósitos, entre outros. A estratégia para o Banco Mizuho do Brasil tem dois pilares principais: (i) Prestar serviços financeiros locais aos seus clientes globais - especialmente empresas japonesas e outras corporações internacionais, auxiliando suas operações comerciais no Brasil (ii) Prestar diversos serviços financeiros aos seus clientes locais,

disponibilizando a estrutura do grupo Mizuho para auxiliá-los em suas estratégias globais. O Banco promove a integração profissional e cultural entre os profissionais do Brasil e as unidades do Grupo no exterior, consolidando e fortalecendo sua expertise, e aprimorando sua contribuição para o desenvolvimento econômico e social do Brasil, de acordo com a filosofia corporativa do grupo Mizuho.

BALANÇO PATRIMONIAL - 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

Ativo	2016	2015
Circulante	2.052.285	2.608.863
Disponibilidades	40.202	29.994
Aplicações interfinanceiras de liquidez	986.160	989.542
Aplicações no mercado aberto	884.149	849.198
Aplicações em depósitos interfinanceiros	102.011	140.344
Titulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	196.391	286.696
Carteira própria	112.694	216.022
Vinculados a compromissos de recompra	16.398	18.414
Instrumentos financeiros derivativos	67.299	52.260
Relações interfinanceiras	214	96
Créditos vinculados	143	68
Resspasses interfinanceiros	71	28
Operações de crédito	171.673	293.475
Operações de crédito - setor privado	171.673	293.475
Outros créditos	657.439	1.008.880
Carteira de câmbio	584.831	759.769
Rendas a receber	137	22
Negociação de intermediação de valores	4.014	36.833
Diversos	68.764	212.256
Provisão para perda outros créditos	(307)	-
Outros valores e bens	206	180
Despesas antecipadas	206	180
Realizável a longo prazo	2.220.616	814.685
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	69.495
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	69.495
Titulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	1.960.745	531.173
Carteira própria	1.264.995	69.035
Vinculados a compromissos de recompra	69.054	77.696
Instrumentos financeiros derivativos	197.144	41.904
Vinculados à prestação de garantias	429.552	342.538
Relações interfinanceiras	32.585	23.425
Resspasses interfinanceiros	32.585	23.425
Operações de crédito	81.157	44.202
Operações de crédito - setor privado	81.157	44.202
Outros créditos	146.129	146.390
Carteira de câmbio	1.612	501
Diversos	144.517	145.889
Provisão para perda outros créditos	-	-
Permanente	133.337	148.977
Investimentos	128.832	144.416
Em controladas - no exterior	128.832	144.416
Outros investimentos	148	148
Imobilizado de uso	4.505	4.561
Outras imobilizações de uso	16.179	14.985
Depreciação acumulada	(11.674)	(10.424)
Total do ativo	4.406.238	3.572.525

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestre findo em 31 de dezembro de 2016 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros/Prejuízos acumulados	Total
Capital social	Aumento de capital	Reserva legal	Reserva especial	Ajuste de avaliação patrimonial	
Saldos em 31 de dezembro de 2014	496.893	19.687	1.538	1.033	2.730
Aumento de capital	-	8.000	-	-	-
Integralização de capital	-	(19.687)	-	-	-
Ajuste ao valor de mercado - TVM (de controlada)	-	-	-	(763)	(763)
Constituição de reserva de lucros	-	-	1.335	16.219	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	26.697
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(9.143)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	516.580	8.000	2.873	17.252	1.967
Aumento de capital	-	15.313	-	-	-
Integralização de capital	-	(8.000)	-	-	-
Ajuste ao valor de mercado - TVM (de controlada)	-	-	-	(1.018)	(1.018)
Constituição da reserva de lucros	-	-	1.276	6.745	(8.021)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	25.521
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(17.500)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	524.580	15.313	4.149	23.997	949
Aumento de capital	-	15.313	-	-	-
Constituição da reserva de lucros	-	-	556	6.745	(257)
Ajuste ao valor de mercado - TVM (de controlada)	-	-	-	-	11.126
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	(17.500)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(17.500)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	524.580	15.313	4.149	23.997	949

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

O Banco Mizuho do Brasil é um banco múltiplo, autorizado a operar com carteiras comercial e de investimento. Tem atuação no mercado de atacado e atende empresas de várias nacionalidades e diferentes setores, oferecendo uma ampla gama de produtos e serviços, como depósitos, operações de financiamento ao comércio exterior, corporate banking, structured financing, project financing, entre outros. O Banco realiza suas atividades focado nas diretrizes estabelecidas pelos acionistas, com estreita observância das normas e regulamentações locais. O Banco Mizuho do Brasil se utiliza das linhas de crédito aprovadas dentro do grupo, para maximizar a eficiência da gestão local de recursos.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis definidas pela Lei das Sociedades por Ações, sendo adotadas as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/2007 e 11.941/09, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BACEN). A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, como provisão para créditos de liquidação, entre outros. O Banco realiza suas atividades focado nas diretrizes estabelecidas pelos acionistas, com estreita observância das normas e regulamentações locais. O Banco Mizuho do Brasil se utiliza das linhas de crédito aprovadas dentro do grupo, para maximizar a eficiência da gestão local de recursos.

3. Sumário das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado: As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para dia de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas com operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas prefixadas são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas ate a data do balanço. b) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e estrangeira, aplicações no mercado aberto, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras, cujo vencimento das operações na data efetiva de sua aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, e que são utilizados pelo Banco Mizuho para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Os valores estão apresentados abaixo:

2016 2015
Caixa e equivalentes de caixa 924.351 991.024

Disponibilidades 40.202 29.994

Aplicações interfinanceiras de liquidez 884.149 961.030

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez: São registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

Titulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos: De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, do Banco Central do Brasil, os titulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam: • Titulos para negociação; • Titulos disponíveis para venda; e • Titulos mantidos até o vencimento. Os titulos para negociação são apresentados no ativo circulante, independentemente dos respectivos vencimentos, e compreende os titulos adquiridos com o propósito de serem ativos frequentemente negociados. São avaliados pelo valor de mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização computado ao resultado. Os titulos disponíveis para a venda representam os titulos que não foram adquiridos para frequente negociação ou para investimento. São utilizados, dentre outros fins, para reserva de liquidez, garantias e proteção contra riscos. Os rendimentos auferidos segundo as taxas de aquisição, bem como as possíveis perdas permanentes são computados ao resultado. São avaliados a mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização contabilizado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido (deduzidos os efeitos tributários), o qual será transferido para o resultado no momento da sua realização. Os titulos mantidos até o vencimento referem-se aos titulos adquiridos para os quais o Banco tem a intenção e capacidade de financeiramente mantê-los até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos no resultado. Caso apresentem perdas permanentes, estas são imediatamente computadas no resultado. Os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações a termo, operações com opções, operações de futuro e operações de "swap" são contabilizados de acordo com os seguintes critérios: Operações a termo - pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, reconhecendo as receitas e despesas em razão de fluiência dos contratos até a data do balanço; Operações com opções - os preços pagos ou recebidos são contabilizados no ativo ou passivo, respectivamente, até o efetivo exercício da opção, e contabilizados como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício da opção, ou como receita ou despesa no caso de não exercício; Operações de futuro - o valor dos ajustes diárias são contabilizados em conta de ativo ou passivo e apropriados diariamente como receita ou despesa; Operações de swap - o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa "pro rata" até a data do balanço. Os instrumentos financeiros derivativos são registrados no ativo do mercado, exceto aqueles que tiverem sido contratados de forma associada a operações de captação ou aplicação, conforme definido pela Circular nº 3.150, do Banco Central do Brasil. As transações efetuadas para proteção ao risco das posições do Banco, qualificadas como hedge contábil, são distinguidas em duas categorias: hedge de risco de mercado e hedge de fluxo de caixa. As operações classificadas como hedge de risco de mercado são destinadas a compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de hedge e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida às contas de receita ou despesa no resultado do período. Os respectivos itens objetos de hedge são ajustados ao valor de mercado, em contrapartida a respectiva conta de receita ou despesa relacionada ao item objeto de hedge. As operações de hedge de fluxo de caixa são destinadas a compensar a variação no fluxo de caixa futuro estimado. A valorização ou desvalorização dos derivativos contratados para hedge de fluxo de caixa é contabilizada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido em conjunto com os efeitos da avaliação a mercado dos itens objeto de hedge, deduzidos dos efeitos tributários. A parcela não efetiva do hedge, quando aplicável, é reconhecida diretamente ao resultado do período. e) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação: As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682 do Conselho Monetário Nacional, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (sem risco) e "H" (perda). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente do seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação pelo prazo máximo de seis meses, contados a partir da sua classificação nesse nível de risco, sendo posteriormente baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos. A provisão para créditos de liquidação dividida, considerada suficiente pelo Banco Mizuho, atende aos critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil. f) Investimentos: A participação em controlada é avaliada pelo método de equivalência patrimonial. Os títulos patrimoniais foram registrados pelo custo de aquisição e ajustados pela atualização patrimonial informada pela respectiva instituição (até a data da respectiva desmutilualização). Os outros investimentos são avaliados de acordo com a política de desmutilualização. g) Depreciações: A depreciação do imobilizado é calculada pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil econômica dos bens, sendo: móveis, utensílios e instalações - 10%, e sistema de processamento de dados e veículos - 20%. h) Atualização monetária de direitos e obrigações: Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação cambial ou de índices, são atualizados até a data do balanço. As contrapartidas dessas atualizações são

10. Depósitos

a) Diversificação de produtos e prazo:

	2016	2015			
Sem vencimento	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total	Total
Depósitos à vista	—	—	—	17.073	10.662
Depósitos interfinanceiros	—	88.423	—	88.423	134.406
Depósitos a prazo	—	732.505	1.155.548	529.477	2.418.530
	17.073	821.928	1.155.548	529.477	2.524.026
	17.073	821.928	1.155.548	529.477	2.524.026
	10.662	134.406	2.418.530	1.080.057	2.524.026

b) Concentração:

	2016	2015
	Valor % sobre a carteira	Valor % sobre a carteira
10 maiores credores	1.895.242	75,09
50 maiores credores seguintes	614.494	24,35
Demais credores	14.290	0,56
Total da carteira	2.524.026	100,00
	1.080.057	100,00

As operações de depósitos a prazo classificadas no Realizável a Longo Prazo, no montante de R\$ 526.292 apresentam cláusula de liquidez diária. Em 2015 este valor era de R\$ 336.712.

11. Recursos de aceite e emissão de títulos e obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos, em 31 de dezembro de 2016, correspondem à captação de recursos com entidades do grupo no exterior no valor de R\$195.564 (R\$432.151 em 2015), com vencimentos até julho de 2017, apresentando taxas de 0,01% a 1,40% a.a. em dólar (2015 - vencimentos até novembro de 2016 e taxas de 0,01% a 1,03% a.a. em dólar). As obrigações por repasses do exterior correspondem à captação de recursos com entidades do grupo no valor de R\$319.599 (R\$598.481 em 2015), com vencimentos até abril de 2019, apresentando taxas de 1,13% a 1,64% a.a. em dólar (2015 - vencimentos até dezembro de 2018 e taxas de 0,60% a 1,37% a.a. em dólar).

12. Outras obrigações diversas e fiscais e previdenciárias (circulante e longo prazo)

a) Circulante - fiscais, previdenciárias e diversas: Compostas, substancialmente, por provisões para imposto de renda e contribuições a recolher de R\$ 5.409 (R\$3.874 em 2015), provisões para imposto de renda e contribuição social diferidas de R\$ 10.652 (R\$7.546 em 2015), provisões administrativas de R\$ 15.794 (R\$12.747 em 2015) e credores diversos de R\$ 50 (R\$14.526 em 2015). b) Longo prazo - fiscais e previdenciárias: Compostas por provisões para imposto de renda e contribuição social diferidas de R\$ 11.757 (R\$8.529 em 2015) e parcelas de impostos e contribuições cuja exigibilidade está suspensa, resultante de processos judiciais ingressados pela Instituição. As provisões estão constituídas pela parcela integral que poderá ser exigida pelo órgão arrecadador, acrescida dos encargos moratórios legais, sendo compostas como segue:

	2016	2015
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	123.253	112.871
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	8.785	8.303
Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL)	3.130	2.958
Programa de Integração Social (PIS)	6.470	5.945
Imposto Sobre Serviços (ISS)	488	454
Outros	897	836
Total das provisões	143.023	131.367
(-) Depósitos judiciais vinculados	(69.899)	(64.021)
	73.124	67.346

Os processos estão baseados nas seguintes questões: (1) COFINS - a provisão constituida em decorrência da suspensão do recolhimento em virtude de discussão judicial quanto à base de cálculo dessa contribuição. Em 31 de dezembro de 2016 existem depósitos judiciais no montante de R\$34.404 (R\$1.321 em 2015). (2) IRPJ - a provisão em questão refere-se a processo administrativo que discute a dedução de perdas de operações de créditos da base de cálculo do IRPJ. Em 31 de dezembro de 2016 existem depósitos judiciais no montante de R\$26.354 (R\$24.188 em 2015). Em 31 de dezembro de 2016, o Banco possui ações judiciais que discutiam a dedutibilidade da despesa de CSLL dos anos de 1997, 1999 e 2000, da base de cálculo de Imposto de Renda. (3) CSLL - a provisão em questão refere-se a processo administrativo que discute a dedução de perdas de operações de créditos da base de cálculo da CSLL. Em 31 de dezembro de 2016 existem depósitos judiciais no montante de R\$6.669 (R\$6.217 em 2015). (4) ISS - essas ações discutem a legalidade da cobrança desse imposto sobre determinadas receitas. Em 31 de dezembro de 2016 existem depósitos judiciais no montante de R\$488 (R\$454 em 2015). (5) ISS - a provisão constituida em decorrência da suspensão do recolhimento dessa contribuição em virtude de discussão judicial quanto à sua base de cálculo e discussão na esfera administrativa. Em 31 de dezembro de 2016 existem depósitos judiciais no montante de R\$1.984 (R\$1.841 em 2015). c) Longo prazo - diversas: Representam o valor provável das obrigações oriundas de contingências decorrentes de processos trabalhistas no montante de R\$9.993 (R\$8.367 em 2015) e contingências decorrentes de processos de expurgos inflacionários no montante de R\$4.121 (R\$3.605 em 2015). Existem depósitos judiciais de R\$332 (R\$1.918 em 2015) para as causas trabalhistas. d) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis: Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos não requerem provisão. Em 31 de dezembro de 2016, esses processos referiam-se à gestão de fundos de investimento no valor de R\$ 20.438 (R\$20.475 em 2015). e) Movimentação das contingências:

	Saldo inicial	Contri-	Rever-	Paga-	Saldo final
	31/12/15	tução	são	mentos	31/12/16
Provisão para riscos fiscais	131.367	11.656	—	—	143.023
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	8.303	482	—	—	8.785
Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL)	2.958	172	—	—	3.130
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	112.871	10.382	—	—	123.253
Programa de Integração Social (PIS)	5.945	525	—	—	6.470
Outros	836	61	—	—	897
Imposto Sobre Serviços (ISS)	454	34	—	—	488
Provisão para passivos contingentes	11.972	6.151	(961)	(3.048)	14.114
Processos trabalhistas	8.367	5.635	(961)	(3.048)	9.993
Expurgos inflacionários	3.605	516	—	—	4.121

13. Patrimônio líquido

a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2016, o capital social é de R\$539.893 (R\$524.580 em 2015), dividido em 2.125.297 (2.125.297 em 2015) ações ordinárias nominativas sem valor nominal. Através do Correio Bacen nº 117013260 de 14 de março de 2017, o Banco Central divulgou a aprovação do aumento de capital do Banco no valor de R\$ 15.313, realizado no dia 31 de dezembro de 2016. b) Dividendos e juros sobre capital próprio: Os acionistas, são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido de cada exercício, ajustado na forma artigo 17 da Lei nº 6.404/76 e atualizações. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de dezembro de 2016, o Banco deliberou sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 17.500 (R\$9.143 em 2015), em substituição aos dividendos mínimos obrigatórios, correspondente ao valor líquido de impostos de R\$15.313 (R\$8.000 em 2015). Com o registro dos juros sobre o capital próprio, o Banco obteve benefício fiscal no montante R\$5.688 (R\$2.971 em 2015). c) Ajuste a valor de mercado TVM: No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o valor relativo ao ajuste a mercado de títulos registrados em controle, conforme a Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, do Banco Central do Brasil é de R\$949 (R\$1.967 em 2015). d) Reserva legal: O Banco deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal, que não poderá exceder 20% do capital integralizado. Ademais, o Banco poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo desta reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder 30% do capital social. e) Reserva Especial de Lucros: Em 31 de dezembro de 2016 foi constituída uma reserva especial de lucros no valor de R\$ 6.745 que é destinada à manutenção dos limites operacionais. Em 31 de dezembro de 2016 o saldo acumulado da reserva especial de lucros é de R\$ 23.997.

14. Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2016, o Banco possui o montante de R\$93.054 (R\$110.727 em 2015) registrados em créditos tributários e o montante de R\$22.409 (R\$16.075 em 2015) registrado em obrigações fiscais diferidas. O registro desses créditos está suportado por estudo técnico efetuado ao final do exercício, o qual indicou a capacidade de geração de resultados futuros para a sua utilização. a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:

	IRPJ e CSLL	
2016	2015	
Resultados antes da tributação sobre o lucro e participações	52.361	17.365
Encargo total do imposto de renda e da contribuição social conforme alíquotas apresentadas na Nota 3.k	(23.562)	(7.814)
Efeitos das adições e exclusões no cálculo dos tributos:	22.615	7.557
Juros sobre o capital próprio	7.875	4.114
Equivalência patrimonial	(8.012)	17.710
Participação dos empregados no lucro	796	805
Provisão para perdas em operações de crédito	27.355	(16.483)
Ajustes de marcação a mercado	4.448	3.300
Outras adições e exclusões - temporárias	(8.448)	(1.640)
Imposto de renda retido na fonte não utilizado	(947)	—
Outras adições e exclusões	(452)	(249)
Imposto de renda e contribuição social - valores correntes	(947)	(257)
Imposto de renda e contribuição social - valores diferidos	(24.125)	11.378
b) Demonstração dos créditos tributários e obrigações diferidas de imposto de renda e contribuição social:	6.617	2.545
Saldo consti-	Final	
Inicial	Final	
44.601	649	
51.636	4.663	
1.442	206	
4.935	825	
1.496	2.586	
6.617	2.545	
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa	110.727	11.474
Creditos tributários de imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS	110.727	11.474
Ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos - resultado	(4.462)	(4.442)
Ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários - Mizuho Cayman	(1.609)	—
Atualização depósitos judiciais	(8.529)	(2.003)
Total das obrigações fiscais diferidas sobre diferenças tributárias de imposto de renda e contribuição social	(14.600)	826
PIS e COFINS sobre ajuste ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(484)	(482)
Obrigações fiscais diferidas de PIS e COFINS	(991)	(233)
Total das obrigações fiscais diferidas de imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS	(16.075)	(7.16